

# O PERCURSO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE TREINADORES(AS) ESPORTIVOS(AS) NO BRASIL

*THE PATH AND PROCESS FORMATION OF SPORTS TRAINERS IN BRAZIL*

*EL RECORRIDO Y EL PROCESO DE FORMACIÓN DE ENTRENADORES DEPORTIVOS EN BRASIL*

Luiza Darido da Cunha<sup>1</sup>  
Fernanda Letícia de Souza<sup>2</sup>

## Resumo

O papel do mediador do treinamento, o treinador esportivo, tem influência direta na formação do atleta e na obtenção de bons resultados. Esta função vai além da simples transmissão de conhecimentos técnicos e táticos da modalidade, aprofundando-se na busca por estratégias adequadas ao seu ambiente de trabalho e oportunizando o ensino de técnicas que estimulem o pensamento tático, o desenvolvimento integral, a autonomia do atleta e a assimilação de valores. O objetivo geral deste estudo foi compreender os principais aspectos do percurso e do processo de formação de treinadores esportivos no Brasil. Os objetivos específicos foram: a) analisar os requisitos legais exigidos para o exercício da função de técnico esportivo; b) avaliar os pontos fortes e fracos do processo de formação de técnicos esportivos no país. O estudo foi de caráter qualitativo feito por meio de pesquisa bibliográfica em artigos científicos nacionais e internacionais, legislação nacional, dissertações e teses que explanam a problemática em questão. Foi possível analisar que há poucas pesquisas no país referentes ao tema e que a formação em Educação Física, requerida por lei, apresenta uma defasagem nos conhecimentos necessários para se tornar um treinador esportivo, urgindo a busca por cursos e clínicas específicos para preencher essa lacuna.

**Palavras-chave:** treinador esportivo; formação; legislação; educação física.

## Abstract

Mediator's training role, i.e., the sports coach, has a direct influence on the athlete's education and on good results achievement. This function goes beyond simple technical and tactical knowledge transmission of the sport, going deeper into the search for appropriate strategies for their work environment and providing the opportunity to teach techniques that stimulate tactical thinking, full development, athlete's autonomy and values assimilation. This study main objective was understanding the leading aspects of sports' coach path and process in Brazil. The specific objectives were: a) to analyze the legal requirements to work as a sports coach; b) to assess the strengths and weakness of sports coach education process in the country. This is a qualitative study carried out through bibliographic research in scientific papers, Brazilians legislation, and theses that discusses the problem in question. It was possible to analyze that there are just few researches on the subject in the country and that the Physical Education degree, required by law, presents a gap in the knowledge needed to become a sports coach, urging the search for specific courses and clinics to fill this gap.

**Keywords:** sports coach; training; legislation; physical education.

## Resumen

El rol de mediador del entrenamiento, el entrenador deportivo, tiene influencia directa en la formación del atleta y en el logro de buenos resultados. Esa función va más allá de la simple transmisión de conocimientos técnicos y táticos de la modalidad, pues se profundiza en la búsqueda de estrategias adecuadas a su ambiente de trabajo y permite la enseñanza de técnicas que estimulen el pensamiento tático, el desarrollo integral, la autonomía del atleta y la asimilación de valores. El objetivo general de este estudio fue comprender los principales aspectos del recorrido y del proceso de formación de entrenadores deportivos en Brasil. Los objetivos específicos fueron: a) analizar los requisitos legales exigidos para el ejercicio de la función de técnico deportivo; b) evaluar los puntos

---

<sup>1</sup> Bacharela em Educação Física pelo Centro Universitário Internacional Uninter.

<sup>2</sup> Docente no Centro Universitário Internacional Uninter.

fuerzas y débiles del proceso de formación de técnicos deportivos en el país. El estudio tuvo carácter cualitativo, hecho por medio de investigación bibliográfica en artículos científicos nacionales e internacionales, legislación nacional, tesis de maestría y doctorado sobre la problemática en cuestión. Fue posible comprobar que hay pocas investigaciones en el país relativas al tema y que la formación en Educación Física, exigida por ley, tiene un desfase en los conocimientos necesarios para formarse como entrenador deportivo, lo que hace urgente la creación de cursos y clínicas específicas para llenar esa laguna.

**Palabras-clave:** entrenador deportivo; formación; legislación; educación física.

## 1 Introdução/Conceituação

São vários os aspectos que contribuem para a formação de um atleta, por exemplo: apoio familiar, motivação, parte técnica, tática, aspectos biológicos, condições de treinamento, metodologia de treino, entre outros fatores que favorecem o seu desenvolvimento nos âmbitos amador e profissional das modalidades esportivas.

De acordo com Paes, Montagner e Ferreira (2009), o papel do mediador do treinamento — o treinador esportivo —, quando bem executado, exerce influência essencial na formação do atleta e para a obtenção de bons resultados, além de contribuir de diversas maneiras para o desenvolvimento do indivíduo.

A importância do treinador tem relação direta com o processo formativo, que vai além da transmissão de conhecimentos técnicos e táticos da modalidade, abrangendo o comprometimento na busca por estratégias que condizem com o ambiente de trabalho e oportunizam o ensino de técnicas, estimulando o pensamento tático. É função de um treinador se preocupar com o desenvolvimento integral de seu atleta, incorporando ao treinamento atitudes, valores e autonomia, respeitando as individualidades e particularidades (PAES; MONTAGNER; FERREIRA, 2009).

O treinador esportivo deve ser responsável pelo treinamento técnico-tático e pelo controle direto dos atletas, assumindo a liderança sobre a comissão técnica e trabalhando com uma boa relação interpessoal com os jogadores. Além disso, deve ter habilidades para o emprego de metodologias de treinamento adequadas, para o planejamento das sessões, para o reconhecimento das características dos atletas e para a motivação da equipe.

Para Rodrigues (2014), é compromisso do treinador reconhecer que, para as crianças e jovens, ele não é apenas um técnico ou um especialista do esporte. Ele é visto pelos seus atletas como a pessoa com a qual eles mais se identificam e com quem partilham um tempo importante das suas vidas.

Dada a importância do papel e atuação dos treinadores esportivos, torna-se fundamental compreender o caminho da sua formação. Este entendimento pode contribuir com um processo de formação continuada de treinadores, buscando compreender melhor a complexidade que

envolve o campo esportivo e os fatores contextuais para que, de fato, haja efetividade no desenvolvimento do esporte no país.

## **2 Objetivos e/ou problema de pesquisa**

Esta pesquisa buscou responder o seguinte questionamento: como ocorre a formação de técnicos esportivos no Brasil e quais os requisitos legais para a sua atuação?

O objetivo geral deste estudo foi compreender os principais aspectos do percurso e do processo de formação de treinadores esportivos no Brasil. Os objetivos específicos foram: a) analisar os requisitos legais exigidos para o exercício da função de técnico esportivo; b) avaliar os pontos fortes e fracos desse processo de formação.

## **3 Metodologia**

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de caráter qualitativo, na qual se objetiva compreender a problemática em questão, ou seja, analisar e interpretar a questão da formação profissional dos treinadores. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica.

## **4 Apresentação sintética do referencial teórico utilizado para a análise dos dados**

Segundo a Constituição Federal, todos os brasileiros devem ter o direito de acesso ao esporte, o qual deve ser promovido por instituições públicas e privadas, reconhecendo a divisão em três vertentes: esporte educação, esporte participação e esporte performance (BRASIL, 1988).

Os cursos de formação profissional em Educação Física foram criados por militares e médicos que salientavam a importância da prática de atividades físicas. Apesar disso, a formação de professores de Educação Física no nosso país foi regulamentada apenas após três décadas da criação dos primeiros cursos superiores não militares (RAMOS, 2006).

Em 1931, surgiu a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, que iniciou em 1934, mas só foi reconhecida pelos órgãos federais em 1940. Essa escola já contava com disciplinas práticas em seu currículo. De acordo com Betti (1991), com o objetivo de difundir a Educação Física no Brasil, surge a Escola de Educação Física do Exército, no ano de 1933. No entanto, o grande marco para a área foi a fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto, em 1939, vinculada à Universidade do Brasil, pois representou a inserção da Educação Física na universidade.

A promulgação da Resolução n.º 03, de 16 de junho de 1997 (BRASIL, 1997), provocou uma mudança significativa na formação profissional da Educação Física, possibilitando a escolha entre licenciatura e bacharelado e determinando a atuação do bacharel fora do setor educacional, com foco na saúde, no lazer e no esporte.

Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (BRASIL, 1997, art. 3º).

Já em 1998, o governo brasileiro aprovou a Lei federal n.º 9696, de 1º de setembro de 1998, que reconheceu a Educação Física como profissão, determinado que “o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física (BRASIL, 1998b, art. 1º).

Contudo, a criação do curso de bacharelado parece não ter preenchido as lacunas referentes à formação e atuação profissional em Educação Física pois, de acordo com Rangel-Betti e Betti (1996), as universidades que detinham certa autonomia na elaboração de seus currículos, não se adequaram às exigências dos distintos campos de trabalho, sendo que muitas delas, inclusive, moldaram pouco seus currículos, realizando mínimas “adaptações”.

Os autores afirmam que foi implantada a ideia de que o importante para a formação dos estudantes era o “saber fazer”. Tal ideia de “saber fazer”, executar com perfeição as habilidades motoras, recebe a classificação de concepção esportivista, a qual pode ser encontrada na metodologia de ensino-aprendizagem de muitas universidades brasileiras. Essa concepção acaba por realçar e valorizar a atuação dos mais habilidosos nas disciplinas de esporte, deixando de lado o desenvolvimento da habilidade de ensinar dos graduandos (RANGEL-BETTI; BETTI, 1996).

Na década de 80, com a volta dos professores doutores do exterior às universidades nacionais, assim como com a implementação dos cursos de pós-graduação na área de Educação Física, o debate sobre as questões da concepção esportivista dentro do meio acadêmico ganhou destaque. Segundo Darido (1995), a Educação Física, até essa época, era voltada somente ao esporte, visto que o corpo docente das universidades era formado, prioritariamente, por ex-atletas e treinadores, ou seja, pessoas com vivência prática. Em decorrência da crise que se instalava na área, foi proposto o modelo científico de currículo, que transfere a importância da prática para a teoria, buscando favorecer o processo de ensino e aprendizagem e que teve como

principal consequência o afastamento da formação da prática esportiva, sobretudo nas universidades públicas.

De acordo com Souza Neto (1999), a cronologia referente à formação profissional de treinadores no Brasil acompanha o desenvolvimento da Educação Física no ensino superior. Em 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, com um curso de formação de técnicos esportivos estruturado em um ano. A partir de 1945, a formação de técnico esportivo continuou a ser realizada em um ano, mas somente após a conclusão da graduação de licenciatura em Educação Física.

No final da década de 1960, foi ampliado o espaço de intervenção profissional de Educação Física para fora dos contextos escolares e, em 1962, foram fixados os currículos mínimos nos cursos de licenciatura em Educação Física e Técnica Desportiva. Os cursos foram reestruturados, devendo ser realizados paralelamente, com três anos de duração. No entanto, na prática, era realizado apenas o curso de professor de Educação Física, com uma complementação em Técnica Desportiva (RINALDI; PIZANI, 2012).

Uma nova a reestruturação curricular foi proposta em 1969. Segundo Souza Neto (1999), ficou determinado que a formação de professores de Educação Física deveria ser feita em curso de graduação, que iria conferir o título de licenciado em Educação Física e Técnico de Desportos. Ficou determinado que, para obtenção do título de Técnico Desportivo, o graduando deveria escolher duas modalidades esportivas para serem incluídas no currículo mínimo durante a graduação e/ou após a graduação.

Com a promulgação da Lei n.º 9.696, em 1º de setembro de 1998, que regulamenta a profissão de Educação Física, estabelecem-se os papéis do profissional e seus campos de intervenção e cria-se o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), com o objetivo de reorganizar todo o campo de trabalho da profissão, particularmente na esfera não escolar. Assim, os treinadores esportivos passam a ter como exigência mínima para a atuação, o curso de graduação no bacharelado em Educação Física (BRASIL, 1998b).

## **5 Apresentação dos principais resultados**

Para atuar como treinador em diferentes níveis de rendimento no Brasil, é preciso portar o diploma de bacharel em Educação Física. As universidades detêm certa independência quanto à flexibilização de seus currículos, desde que estejam de acordo com as diretrizes nacionais sancionadas pelo governo federal, que estabelecem padrões mínimos que todos os programas devem seguir (MILISTETD *et al.*, 2014).

Sobre a figura do treinador no contexto do desenvolvimento esportivo, Moreno e Del Villar (2004) e Pascual *et al.* (2006) destacam que este profissional deve ter uma formação acadêmica em qualquer lugar do mundo, como ocorre no Brasil, mas, além disso, é necessário que se proponha a um caráter reflexivo e crítico sobre a sua prática, não se atendo somente aos conteúdos trabalhados na graduação.

Um exemplo de que o contexto universitário não é suficiente para o exercício da função de técnico esportivo pode ser observado em uma pesquisa realizada por Rezer (2003), que buscou investigar qual o contexto de ‘origem’ profissional dos professores das escolinhas de futebol e futsal e detectou que os profissionais que trabalhavam sem formação universitária atuavam de forma semelhante aos professores com formação.

A atividade do treinador esportivo é dinâmica e complexa e, portanto, se justifica uma formação com abordagem relacionada às dificuldades presentes no ambiente de trabalho e na interação dos personagens que compõem o campo esportivo. É preciso afastar-se do modelo da graduação e dos cursos atuais de formação para um processo que sensibilize outros aspectos relevantes para a formação dos treinadores, como praticar a dinâmica da reflexão e considerar as experiências de vida anteriores ao processo de certificação.

Um dos problemas quanto à formação de treinadores no Brasil é apontado por Rodrigues:

Os currículos dos cursos privilegiam as disciplinas de caráter biológico e negligenciam as Ciências Sociais. E, além disso, os treinadores terminam os cursos com alguns conhecimentos em disciplinas específicas das Ciências do Esporte (Fisiologia, Psicologia e Biomecânica), mas carecem de conhecimentos pedagógicos e socioculturais relacionados ao papel do treinador. Embora seja possível argumentar que os conhecimentos advindos das diversas áreas das Ciências do Esporte são essenciais, vale citar que tais conhecimentos são transmitidos de forma compartimentalizada, sendo cada disciplina tratada separadamente, quando na realidade a atuação do treinador requer a integração de fontes variadas de conhecimento (RODRIGUES, 2014, p. 32).

Nessa fala de Rodrigues (2014), é possível identificar, na formação ofertada atualmente, uma valorização de conhecimentos positivistas na forma de sistematizar métodos, fragmentando os conhecimentos de forma isolada da realidade. Segundo Mesquita *et al.* (2012), é necessário não somente reorganizar as áreas de conhecimento para a capacitação dos treinadores, mas é também superar essa concepção biológica, de modo a desenvolver um entendimento construtivista relevante e contextualizado para a complexidade presente na atividade do treinador.

Os conhecimentos e saberes que perpassam a capacitação de treinadores não devem se

restringir a meras questões técnicas e táticas. Além do processo de treino, que é de grande complexidade, é preciso que o treinador compreenda outros elementos necessários para a sua atuação.

De acordo com Mallet *et al.* (2009), esses elementos são alcançados em diferentes espaços e em diversas situações de aprendizagem. Ao se concentrar nessas questões, a educação de treinadores pode ser mais fiel à realidade diária de um técnico e ajudá-los a desenvolver uma consciência crítica sobre o seu papel e o que eles precisam saber para ter sucesso.

Portanto, a natureza do conhecimento dos treinadores é vista como integrada ao invés de compartimentada. É preciso orientar e recorrer a muitas fontes de conhecimento e considerações e decidir como utilizá-las, de que maneira, quando e onde, em benefício daqueles que estão sendo treinados.

No Brasil, a profissão de treinador esportivo é reconhecida mediante a obrigatoriedade da graduação em Educação Física (bacharelado), e da possibilidade de se aprimorar na aprendizagem não formal (formação não obrigatória). De acordo com Milistetd (2015), os interessados na área de treinador podem procurar por programas de formação vinculados às federações de cada modalidade.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e as Federações Desportivas são reconhecidas como organizações responsáveis pela formação contínua dos treinadores. No entanto, ainda de acordo com Milistetd (2015), os conteúdos abordados são relacionados a conhecimentos generalistas (fisiologia, biomecânica, gestão, marketing), desconsiderando que esses conhecimentos já são trabalhados dentro da grade universitária.

Milistetd *et al.* (2014) constataram que apenas doze federações no Brasil oferecem tais programas de certificação e aperfeiçoamento de treinadores, e não existe uma estrutura comum de organização entre elas. Algumas federações têm dez níveis de certificação, enquanto outras, apenas um e, em muitos casos, os cursos fornecem apenas aprendizagens técnico-metodológicas. Além disso, há pouca informação disponível sobre a efetividade desses cursos na formação e prática dos treinadores esportivos brasileiros.

Em sua pesquisa, De Rose Júnior (2013) constatou que em dezesseis cursos de Educação Física e/ou Esporte ligados a onze universidades, estaduais e federais, somente sete oferecem modalidades esportivas obrigatórias em seu currículo (cargas horárias que variam entre 30 e 90 horas/aula). Em seis dessas universidades, essas disciplinas são optativas (carga horária entre 60 e 120 horas/aula), divididas em quatro módulos, sem a obrigatoriedade de o aluno cursar todos os módulos. Em dois cursos não são ofertadas disciplinas relacionadas a modalidades esportivas e, em três, essas modalidades esportivas estão incluídas em disciplinas chamadas de

Programas de esportes coletivos, Modalidades esportivas coletivas ou Metodologia de treinamento em esportes coletivos (cargas horárias variando entre 2 a 6 horas).

A formação de treinadores na realidade brasileira não parece ser prioridade nas instituições de ensino superior, uma vez que estas estão atendendo outros espaços e demandas no campo de trabalho da Educação Física, como atividade física, saúde e lazer. Na visão de De Rose Jr. (2013), há uma grande desconexão, já que, por lei, é previsto que os treinadores sejam graduados em Educação Física, mas os cursos parecem não garantir os conhecimentos necessários ao exercício desta profissão.

## **6 Considerações finais**

A importância de analisar o que tem sido estudado sobre a formação de treinadores no Brasil fornece suporte para buscar entender o panorama esportivo do país, considerando que o governo brasileiro sediou megaeventos esportivos nos últimos anos, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, e o percurso que os treinadores esportivos de destaque que atuam nesses eventos percorrem.

Por meio da pesquisa realizada, foi possível constatar que o ensino na graduação parece não corresponder aos anseios de quem busca se tornar treinador esportivo, mesmo que a única obrigatoriedade legal para esta atuação seja portar o diploma de bacharel em Educação Física. Portanto, cursos específicos de modalidades esportivas e clínicas com conhecimentos científicos, técnicos, táticos e didáticos ofertados pelas federações têm tido um papel importante nesse processo de formação, uma vez que buscam amenizar essa lacuna da formação acadêmica.

Se, por um lado, esses cursos tentam potencializar a formação de treinadores esportivos no país, por outro, faz-se necessário verificar o que é oferecido em tais cursos e se, de fato, têm proporcionado um retorno positivo em relação a esta formação, considerando que pesquisas científicas evidenciaram que muitos deles privilegiam conhecimentos já vistos durante a graduação, tendo pouco impacto efetivo na atuação dos treinadores.

Portanto, é preciso entender que os cursos de graduação em Educação Física têm um papel importante no processo de formação, mas não conseguem dar conta de toda a complexidade que envolve a profissão do treinador esportivo. Isso gera a necessidade de atualização constante em termos de conhecimento e a demanda por cursos e clínicas que trabalhem de forma global. Deve-se ir além de métodos fragmentados e buscar concepções que trabalhem a reflexão da ação e prática em sua totalidade.



A formação pertence ao próprio sujeito, que precisa refletir criticamente e buscar novas formas e ferramentas de aprendizagem, como a troca de experiências e informações, estudos, vídeos e cursos. Cada treinador é sujeito ativo das decisões sobre a sua prática profissional.

## Referências

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRASIL. **Resolução nº 03, de 16 de junho de 1997**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física. Brasília: MEC, 1997.

Disponível em:

[http://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN32016.pdf](http://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN32016.pdf).

Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília: Presidência da República, 1998b. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm). Acesso em: 25 jul. 2022.

DARIDO, S. C. Teoria, prática e reflexão na formação profissional em Educação Física.

**Motriz**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 124-128, 1995.

DE ROSE JR., D. A formação do profissional especializado em esporte: o que se espera de um treinador da base? *In*: NASCIMENTO, J. V.; RAMOS, V.; TAVARES, F. **Jogos**

**desportivos: formação e investigação**. Florianópolis: UDESC, 2013. p. 345-358.

MALLETT, C.; TRUDEL, P.; LYLE, J.; RYNNE, S. Formal vs. informal coach education.

**International Journal of Sports Science and Coaching**, Leeds, v. 4, n. 3, p. 325-334, 2009.

MESQUITA, I.; JONES, R.; FONSECA, J.; SILVA, L. M. Nova abordagem na formação de treinadores: o que mudou e o porquê? *In*: NASCIMENTO, J. V.; FARIAS, G. O. (org.).

**Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção**.

Florianópolis: Ed. UDESC, 2012. p. 41-60.

MILISTETD, M.; TRUDEL P.; MESQUITA, I.; NASCIMENTO, J. V. Coaching and coach

education in Brazil. **International Sport Coaching**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 165-172, 2014.

MILISTETD, M. **A aprendizagem profissional de treinadores esportivos: análise das**

estratégias de formação inicial em educação física. 2015. 138 f. Tese (Doutorado em

Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MORENO, P. M.; DEL VILLAR, F. **El entrenador deportivo: manual práctico para su**

desarrollo y formación. Barcelona: Inde, 2004.

PAES, R. R.; MONTAGNER, P. C.; FERREIRA, H. B. **Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em basquetebol**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PASCUAL, C. J. *et al.* Competencias profesionales del licenciado en ciencias de la actividad física y del deporte. **Habilidad Motriz**, Andalucía, v. 1, n. 15, p. 1-6, 2006.

RAMOS, G. N. S. A formação profissional em Educação Física e as novas diretrizes: reestruturação curricular. *In:* SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (orgs.). **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas**. Rio Claro: Ed. Biblioética, 2006. p. 147-157.

RANGEL-BETTI, I. C.; BETTI, M. Novas perspectivas na formação profissional em educação física. **Motriz**, Rio Claro - SP, v. 2, n. 1, p. 10-15, jun. 1996.

REZER, R. **A prática pedagógica em escolinhas de futebol/futsal: possíveis perspectivas de superação**. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RINALDI, I. P.; PIZANI, J. Desafios dos estágios nos cursos de bacharelado em Educação Física. *In:* NASCIMENTO, J. V.; FARIAS, G. (org.). **Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção**. Florianópolis: UDESC, 2012. p. 263-286.

RODRIGUES, H. A. **Formação e desenvolvimento profissional do treinador: um estudo sobre treinadores de basquetebol, suas identidades e saberes**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Campinas, Campinas, 2014.

SOUZA NETO, S. **A Educação física na universidade: licenciatura e bacharelado, as propostas de formação profissional e suas implicações teórico-práticas**. 1999. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.